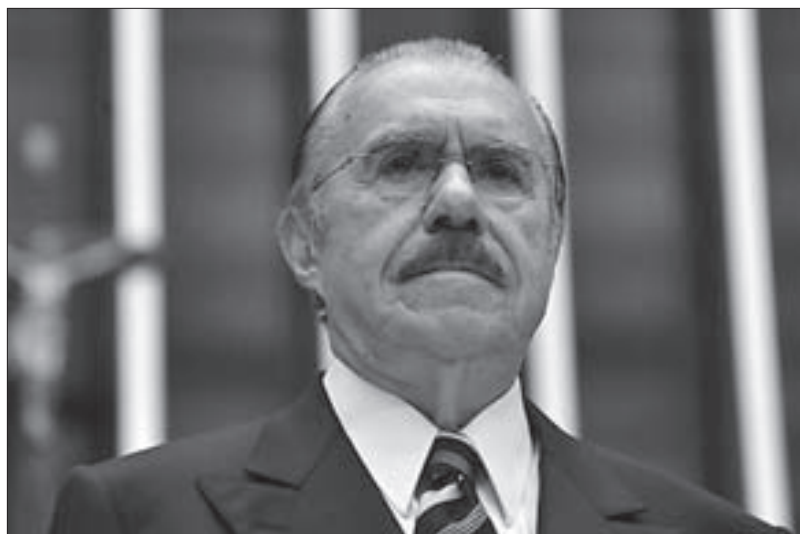


RAIMUNDO PACCO/FOLHA IMAGEM



Operadores negociam na Bovespa (acima), que viu as ações despencarem por conta da fuga de capitais; e José Sarney (abaixo) anuncia comissão para acompanhar medidas adotadas pelo governo: receio da recessão

GERALDO MAGELA



Bolha imobiliária foi estopim da turbulência

Há pouco mais de um mês no governo, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, enfrenta momentos dramáticos da crise econômica que começou como um *tsunami* financeiro no ano passado, com a quebra de companhias hipotecárias e de bancos que apostaram na bolha imobiliária americana. O fato é que, a despeito de dois pacotes bilionários de ajuda do governo dos EUA ao mercado – US\$ 850 bilhões em setembro do ano passado, ainda sob o comando de George W. Bush, e mais US\$ 736 bilhões em fevereiro, já com Obama –, a economia ainda não reagiu.

A retração econômica dos EUA no último trimestre de

2008 chegou a 6,2%. Já há 5 milhões de norte-americanos recebendo seguro-desemprego. E o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, caiu a níveis de 1997 no fim do mês passado. Estancar a crise é a grande preocupação de Obama, que enfrenta dois dilemas imediatos: como socorrer os grandes bancos, como o Citibank e o Bank of America, que ainda ameaçam tombar, e como salvar a indústria automobilística. Resistindo às pressões em favor de uma estatização temporária do sistema bancário, Ben Bernanke, presidente do Fed, o Banco Central americano, optou por uma saída intermediária: o governo passaria a deter ações ordinárias e a controlar

parte dos bancos que recebem ajuda.

O pacote anunciado por Obama contém um ingrediente indigesto para o Brasil: protecionismo, especialmente no caso do aço. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembrou que medidas protecionistas só fazem a situação piorar. O Brasil também tem que lidar com medidas similares adotadas por um de seus principais parceiros comerciais, a Argentina. Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), critica ações protecionistas, mas sua voz não tem sido suficientemente considerada nem mesmo na União Europeia, também em recessão.

Outro problema no Brasil é



MARCELLO CASAL JR. - ABR

Presidente Lula lembra que medidas protecionistas, como as adotadas pelos Estados Unidos e pela Argentina, só tendem a agravar os efeitos da crise

o retorno de milhares de emigrantes devido à crise. Só no Japão, 50 mil brasileiros foram

demitidos no início deste ano devido à queda da produção industrial.

Senado quer influir nas decisões contra a crise

O entendimento de que, em meio à crise financeira que empurra as principais economias do mundo para a recessão, não cabe apenas ao Poder Executivo gerenciar e buscar soluções para o país levou o presidente do Senado, José Sarney, a instituir comissão especial para monitorar as medidas tomadas e os efeitos da turbulência. A participação do Congresso no debate em torno da crise foi uma das promessas de Sarney ao assumir a Presidência da Casa em fevereiro. “Vou fazer imediatamente a instalação de uma comissão do mais alto nível, de *experts* da Casa, para acompanharmos permanentemente a crise econômica mundial, tentando influir nas decisões e levando sugestões ao Executivo”, anunciou ao ser escolhido presidente.

Composto por cinco senadores e assessorado por consultores da Casa e da Comissão Mista de Orçamento, o colegiado, que se reúne nesta terça-feira, terá a missão de acompanhar a crise e a questão da empregabilidade, no momento em que demissões ocorrem em quase todos os setores. Uma das tarefas da co-

missão anticrise será suprir os parlamentares com informações sobre os desdobramentos da retração econômica.

Desde o ano passado, quando a crise financeira explodiu nos Estados Unidos, os senadores têm discutido o tema no Plenário e nas comissões permanentes, apresentando sugestões e críticas à condução da política econômica do governo. Já em andamento, o debate em torno da qualidade dos gastos públicos tende a ganhar corpo no Senado, no contexto em que o Estado, no mundo todo, se esforça para socorrer o mercado financeiro, evitar a quebra de empresas e proteger os trabalhadores dos efeitos da crise.

Ao mesmo tempo, a forte queda de arrecadação força o governo a cortar gastos e a ser mais criterioso ao escolher os setores em que apostará suas fichas. Com isso, aumenta a pressão de estados e municípios e dos diferentes atores econômicos. Para representantes do empresariado, dos sindicatos e do setor agrícola, esse é um debate ao qual o Senado não poderá se furtar (*leia mais nas páginas 2, 3 e 4*).



Logo no início da crise, em setembro de 2008, o ministro da Fazenda, Guido Mantega (E), pediu aos bancos cooperação para normalizar o crédito, que, segundo Meirelles, normalizou-se em fevereiro

Efeitos financeiros imediatos

Os bancos brasileiros não foram atingidos pela crise financeira da mesma forma que as instituições norte-americanas e europeias. Lá, os grandes bancos começaram a balançar logo que explodiu a crise, em setembro do ano passado. A quebra de um dos gigantes de Wall Street, Lehman Brothers, elevou a crise a outro patamar. Aqui, nenhum banco tomou vitimismo pelos títulos podres dos investimentos *subprime* – vinculados à bolha imobiliária nos Estados Unidos – e pela falta de liquidez. Mesmo assim, o Brasil não escapou ileso. O mercado de ações despencou, devido à fuga de capital. As empresas brasileiras tiveram dificuldade em obter financiamento no exterior. Os solavancos do câmbio provocaram forte prejuízo aos exportadores que, por meio de investimentos derivativos, apostaram em um real alto. E o medo de contaminação levou os bancos do país a secar as torneiras de crédito, dificultando

empréstimos para empresas exportadoras e instituições financeiras menores.

Atento à situação, o Banco Central (BC) diminuiu o valor dos chamados compulsórios (parcela dos depósitos à vista e a prazo que os bancos são obrigados a depositar no BC), na expectativa de que isso aumentasse o total do crédito disponível no mercado. No auge da onda de pânico que levou a Bolsa de Valores de São Paulo ao fundo do poço, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, cobrou dos bancos brasileiros cooperação para enfrentar a crise. E, depois de liberar, o BC ameaçou reter parte dos depósitos compulsórios a prazo, punindo as instituições que, com medo, em vez de movimentar o crédito, continuassem a agir como quem guarda dinheiro no colchão. Com recursos escassos no Brasil

e no exterior, nem a Petrobras escapou da fila de crédito dos bancos estatais.

Diante disso, o governo colocou a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES em ação para aumentar a oferta de dinheiro aos diversos setores da economia e dar ao país o mesmo nível de crédito pré-crise. Por meio de medidas provisórias (todas em tramitação), o governo deu mais poder aos bancos estatais. Com a MP 443/08, o BB e a Caixa foram autorizados a incorporar instituições financeiras. As MPs 450/08 e 453/09 aumentaram os recursos do BNDES, que deve emprestar R\$ 100 bilhões até 2010. Segundo o presidente do BC, Henrique Meirelles, o crédito já se normalizou. Os números de janeiro, porém, apresentam queda de 24,8% do crédito destinado às empresas.

Em seminário no Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea), o economista Alfredo Calcagno, da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), observou que a crise colocou de novo a política em posição de destaque. “A discussão é política: reduzir os impostos para quem? Aumentar quais gastos? A política cobra relevância”, diz ele, para quem é hora de repensar o sistema financeiro internacional.

Para enfrentar a ameaça de recessão, o governo, na pilotagem da crise, já havia injetado na economia, entre setembro e dezembro de 2008, R\$ 363 bilhões – diretamente ou pela redução de impostos ou medidas monetárias e cambiais. Mesmo assim, com a quebra de internacional e a recessão nos países ricos, a economia brasileira sente os efeitos de desaceleração, com queda das exportações, da produção industrial, da produção agrícola, da construção civil e com demissões em diversos setores.

Política volta a ganhar papel de destaque, diz economista

Spread alto dificulta recuperação da economia

Em meio à turbulência, tanto o governo quanto o Congresso colocam o foco sobre as altas taxas de juros cobradas pelos bancos brasileiros. O vilão é o *spread* (a diferença entre as taxas de remuneração que as instituições financeiras pagam e o que elas cobram de seus clientes), que é o maior do mundo e cresce na medida em que aumenta a inadimplência. No início do ano, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, classificou de “inimaginável” e “inadmissível” o valor do *spread* cobrado no Brasil. E o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também pede soluções para o problema.

Os parlamentares, por sua vez, reforçam o pedido de mudanças nas regras do sistema bancário, para obrigar as instituições a pagar sua cota de sacrifícios. Os lucros recordes dos bancos

do país, diante dos demais setores da economia, também chamam atenção. Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o Brasil não deve esperar cooperação dos bancos para enfrentar a crise. Segundo ele, que apoia as críticas do empresário às altas taxas de juros, o governo consentiu na “transferência de recursos da sociedade para os bancos”. Arthur Virgílio (PSDB-AM) reconhece que “os empresários têm razão de reclamar”. Já o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirma que só a concorrência efetiva será capaz de forçar os bancos a baixar o *spread*. O senador José Nery (PSOL-PA), por sua vez, observa que “os bancos não emprestam um único centavo sem garantias”. César Borges (PR-BA) também pede redução das taxas: “É preciso chamar os bancos para este momento de esforço e sacrifício”.



Para o senador Alvaro Dias, o país não pode simplesmente esperar pela boa vontade dos bancos em baixar o valor do *spread*, que aumentou com a crise financeira mundial

Uma longa crise

2001/2006

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os EUA baixam os juros para aquecer a economia. Ainda no comando do Fed, Alan Greenspan aposta na autorregulação do mercado financeiro e nos juros baixos, o que favorece o crescimento da bolha imobiliária e de fundos de investimento atrelados a ela. A era de juros negativos se encerra em 2006, quando a taxa sobe para 5,35%.

“O país precisa se preparar para eventuais problemas para não ser afetado”

Eduardo Suplicy, em 2006

“É preciso um entendimento nacional para livrar o país de um 'tsunami econômico'”

José Agripino, em 2006



Julho de 2007

Com os juros altos, a inadimplência de devedores de hipotecas atinge os fundos de investimento *subprime*, atrelados aos títulos podres da bolha imobiliária. Pouco regulado, o mercado *subprime* ameaça contaminar todo o sistema financeiro. O banco Bear Stearns anuncia o colapso de dois de seus fundos. Os bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa intervem para dar mais liquidez aos mercados.

“O Brasil tem de mostrar um governo que faça a sua autocrítica, que comece a admitir que gasta demais”

Arthur Virgílio, em 2007

Setembro/dezembro de 2007

O presidente americano George Bush anuncia um plano para ajudar milhões de mutuários com problemas. O Banco da Inglaterra salva o Northern Rock, o quinto banco de empréstimos imobiliários do país, ameaçado de falência por correntistas que fazem fila em suas agências para retirar seu dinheiro.



“É um problema da política econômica dos Estados Unidos, junto com a cobiça de alguns de seus fundos de investimento que quiseram comprar títulos de risco imaginando que estavam em um cassino”

Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007



RODRIGO PAIVA/FOLHA IMAGEM

Em São Paulo, metalúrgicos de empresa fabricante de lanternas para carros aprovam redução de salários e de jornada de trabalho: caminho para assegurar manutenção das vagas

A luta para preservar os empregos

O efeito dominó da crise financeira internacional não demorou a chegar à economia real do Brasil. Já a partir de setembro do ano passado, a rápida deterioração do quadro econômico sinalizava que não demoraria para a indústria sentir a retração. Pouco antes do Natal, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, incentivava a população a consumir. Mesmo assim a indústria não resistiu às más notícias e a redução da produção em dezembro chegou a 12,4% em relação ao mês anterior. Houve queda em 25 dos 27 setores pesquisados, com destaque para o automobilístico, que

caiu 39,7%. O governo agiu rápido, isentando do IPI os veículos novos populares e diminuindo à metade a taxa dos demais.

A retração econômica, porém, colheu mais de 1,3 milhão de empregos formais em janeiro, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No balanço do mês, foram quase 102 mil vagas de trabalho a menos. Os cortes não pouparam as grandes empresas. A Vale do Rio Doce demitiu 1.300 trabalhadores. Com menos encomendas de aeronaves, a Embraer cortou 4.200 empregados, 20% de seu pessoal.

A saída para proteger os em-

pregos passa por muita negociação. O governo busca estimular os acordos entre patrões e empregados. Com apoio das centrais sindicais, esses acordos se multiplicam pelo país e incluem férias coletivas, diminuição da jornada de trabalho e até corte de salários. “Os trabalhadores são as primeiras vítimas”, diz o senador Paulo Paim (PT-RS), que propõe um grande programa de demissão voluntária de aposentados, a partir da aprovação do fim do fator previdenciário, responsável por forçar os trabalhadores idosos a continuar no mercado.

Tramitam no Senado deze-

nas de projetos voltados para amenizar a situação dos trabalhadores. Vários deles sugerem aumento do número de parcelas do seguro-desemprego. Paim quer aumentar para 12 o número de parcelas, hoje entre três e cinco.

“O desemprego é o reflexo mais grave da crise”, afirma o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). É o que diz também a pesquisadora Janine Berg, do Departamento de Estratégias de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo ela, não só o desemprego aumenta, como as condições de trabalho pioram, com reversão dos avanços rela-

cionados a direitos trabalhistas. “É preciso garantir esses direitos”, enfatiza, preocupada com o aumento da informalidade e do trabalho infantil. Em seminário no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Janine salientou a necessidade de o governo gastar preferencialmente nos setores capazes de gerar mais empregos.

A MP 445/08, que está na pauta do Senado, vai nessa direção: injeta mais crédito no setor da construção civil, um dos maiores empregadores. A MP dispensa a Caixa de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre empréstimo de capital próprio.

Aumenta pressão em torno de gastos públicos

Apesar de o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), acenar com apoio às ações do governo para conter a crise, ele mantém as críticas contra o excesso de gastos. “O governo tem que aprender a se financiar com menos recursos. É fundamental o presidente Lula passar otimismo, mas isso não pode impedir o governo de tomar medidas duras e, daí, deixar o país na *pole position* da largada para o crescimento”, diz.

Se é preciso apertar os cintos no Orçamento, a necessidade de investimentos para manter a economia aquecida força o governo a gastar. O presidente Lula garante que não vai cortar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No mundo inteiro, os Estados assumiram a responsabilidade de tentar debelar a crise, injetando na economia cerca de US\$ 12 trilhões. Marcelo Crivella



JOSE CRUZ/ABR

Prefeitos de todo o país ouvem as boas-novas do governo: mais prazo para pagar dívidas com a Previdência Social. Queda de arrecadação encurtou o cobertor

(PRB-RJ) exortou o presidente Lula a “não se intimidar com os críticos” e executar um plano ousado: “só o gasto público vai

reativar a economia”. O senador sugere que o lucro do Banco do Brasil seja usado para incentivar a construção civil.

A crise provocou imediata revisão dos números dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. O Executivo anunciou em janeiro cortes de R\$ 37 bilhões, prevendo uma arrecadação bem menor do que a esperada quando o Orçamento da União era definido. A previsão de crescimento do PIB em 2009 era de 4%. Agora, o mercado aposta em 1%.

Não é diferente com estados e municípios. Com isso, aumentou a pressão para rolagem de dívidas. Em encontro organizado pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, 3.500 prefeitos receberam um pacote de bondades que inclui a rolagem das dívidas dos municípios com o INSS.

A repactuação permite que R\$ 14 bilhões sejam pagos em 20 anos. Mesmo assim, senadores defendem prazos e condições melhores. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), pediu que o governo trace um limite para o pagamento dos municípios.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar 101, de 2000), apontada como um instrumento de estabilidade e controle dos gastos da máquina pública, tem sido alvo de pressão. Governadores e prefeitos pedem aprovação de projeto (PLC 92/08) que flexibiliza a exigência de que União, estados e municípios cumpram os limites de gastos com funcionalismo em todos os seus poderes se quiserem se endividar mais. Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o governo, que propôs a mudança, está fazendo um “verdadeiro estupro” à LRF.

Janeiro a abril de 2008

As bolsas de valores da Ásia e da Europa registraram as maiores perdas desde os ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. O banco de investimentos Bear Stearns é atingido pela crise e vendido ao JP Morgan. O presidente do Fed, Ben Bernanke, alerta para a contaminação da crise financeira na economia real. O G7 prevê rombo de 400 bilhões de dólares no mercado *subprime*.

“Não vejo necessidade de nenhuma medida porque o Brasil está bem posicionado no cenário mundial”

Guido Mantega, no início de 2008



Maió a agosto de 2008

O governo dos Estados Unidos socorre as duas gigantes do setor de hipotecas, Fannie Mae e Freddie Mac. As duas companhias são responsáveis por quase metade das hipotecas dos EUA e são cruciais para o mercado imobiliário americano. O ministro da Fazenda britânico, Alistair Darling, diz que a economia do Reino Unido enfrenta sua pior crise em 60 anos.

“Essa crise americana, que no passado seria devastadora para a economia internacional, hoje tem um impacto relativamente menor, mas não pode e não deve ser subestimada”

Aloizio Mercadante

Setembro de 2008

Com 158 anos de existência, o Lehman Brothers, quarto maior banco de investimento dos EUA, quebra. As ações em Wall Street e no mundo inteiro derretem. O governo americano injeta US\$ 85 bilhões para salvar a seguradora AIG. O Washington Mutual vai à lona, na maior falência da história do país. O Congresso americano resiste ao pacote de ajuda ao sistema financeiro proposto por George Bush.

“Que crise? Pergunta pro Bush!”
Luiz Inácio Lula da Silva

“O presidente Lula tem-se mostrado muito otimista ao dizer que a crise não nos abalará, mas há outras opiniões”
Alvaro Dias



Comissão vai monitorar crise financeira mundial

Cinco senadores formam a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, criada pelo presidente José Sarney para acompanhar a crise mundial e apresentar sugestões para a manutenção do emprego e dos investimentos. Presidida por Francisco

Dornelles (PP-RJ), será integrada ainda por Aloizio Mercadante (PT-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Marco Maciel (DEM-PE). As atribuições da comissão são semelhantes às de outras já criadas no Senado, como a que debateu a crise do setor energético, há dois anos.



Francisco Dornelles presidirá a comissão, que contará com os senadores Mercadante, Simon, Jereissati e Marco Maciel

Se depender do presidente José Sarney e dos integrantes da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, o grupo pretende influir nas medidas e decisões adotadas pelo governo. A estratégia de trabalho já vem sendo discutida, mas nada oficial foi anunciado. Escolhido presidente, o senador Francisco Dornelles, ex-ministro da Fazenda e reconhecida autoridade na área econômica, preferiu não detalhar como a atuará a comissão, que terá o auxílio técnico de um grupo de consultores.

Ele alegou que ainda precisa conversar com o presidente Sarney e com os outros membros. Mas, em dezembro de 2008, em entrevista ao **Jornal do Senado**, ele deixou claro que não vê a reforma tributária, por exemplo, como uma medida que possa causar algum impacto no curto prazo.

– Não se pode ligar reforma tributária com crise, que exige medidas rápidas para dar con-

fiança e liquidez ao sistema. Não se pode achar que reforma tributária, que vai entrar em vigor Deus sabe quando, pode ter algum impacto sobre a crise atual – disse o senador.

Marco Maciel propôs que a comissão tenha uma parceria informal com o Executivo.

– A parceria seria importante, inclusive porque o governo talvez adote novas medidas que terão de ser discutidas.

Pedro Simon também se mostra animado.

– Se analisar do ponto de vista institucional, a comissão não tem poderes para tomar decisões. Mas é claro que pode fazer alguma coisa. Não vai sair dessa comissão um milagre, mas vamos debater, analisar e trazer algumas sugestões – avaliou.

Ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e um dos especialistas no setor dentro do PT, Aloizio Mercadante já advertiu que o Congresso tem um papel muito importante na condução

da crise. No ano passado, por exemplo, mesmo sob o risco de desgaste político, deu o exemplo, relatando contrariamente à aprovação de medidas provisórias que previa reajustes para algumas categorias de servidores públicos federais.

Mercadante não considerava o aumento indevido, mas acreditava que, em plena crise, o Estado precisa dar o exemplo e controlar seus gastos.

– O Congresso tem que contribuir para o Brasil responder a essa crise com mais eficiência, amenizar o impacto dessa turbulência e preparar a nação para sair mais cedo dela.

Entre os demais senadores, o funcionamento da comissão foi também bem recebido.

– A comissão pode acompanhar os fatos internacionais e as providências nacionais, além de apresentar sugestões e cobranças. Podemos fomentar a discussão sobre a crise. Várias cabeças pensando juntas levam a melhores resultados – disse Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Sociedade se mobiliza e cobra ação do Congresso Nacional

Empresários e trabalhadores têm a mesma opinião quanto à necessidade de o governo e o Congresso adotarem medidas mais duras para enfrentar a crise internacional, mas divergem com relação ao tipo de remédio e à dosagem. Se as entidades patronais enfatizam a questão do crédito e da redução dos juros, as centrais sindicais, preocupadas com a elevação do desemprego, têm destacado a absoluta necessidade de não fazer dos assalariados as maiores vítimas das dificuldades econômicas.

Na “agenda emergencial” proposta pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, figuram a desoneração de investimentos e exportações, programas para a área habitacional, ampliação do prazo de recolhimento de tributos, diminuição dos *spreads* bancários e compensação de créditos tributários. Na Carta da Indústria, divulgada no final de 2008, mil dirigentes do setor cobraram, entre outras medidas, a redução dos gastos correntes do governo.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, levou ao presidente do Senado, José Sarney, informações sobre o trabalho da comissão anticrise que funciona na entidade paulista desde o ano passado. Segundo Skaf, a experiência poderá ajudar o colegiado do Senado.

– Faremos um trabalho conjunto. Nós colocaremos à disposição do Senado todo o nosso

conhecimento, todas as nossas informações, todas as propostas, tudo aquilo que temos e que é fruto de um trabalho intenso.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) disse que a safra 2009/2010, que começa oficialmente em julho, exigirá R\$ 155 bilhões para financiar o custeio, a comercialização e os investimentos – quase o dobro do destinado pelo governo federal na safra anterior.

De todos os recursos gastos pelo governo para socorrer diversos setores da economia, ela afirma que o setor rural ficou com “apenas R\$ 14,8 bilhões”.

Empresários e sindicalistas apresentam pauta de reivindicações

– Aliada à escassez de crédito no mercado, será inevitável uma redução na renda do produtor rural e no nível de emprego do setor – alertou Kátia Abreu.

Maior entidade sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) vem debatendo desde novembro as causas e consequências da crise e já divulgou suas propostas para enfrentá-la, baseada em um modelo de desenvolvimento em que o Estado tem um papel central “na organização da economia e na construção de políticas de distribuição de renda e valorização do trabalho”.

– Consideramos imprescindível a alteração da política econômica (em especial as políticas monetária e fiscal), uma reforma tributária socialmente justa e mecanismos de democratização do Orçamento da União – alertou comunicado da direção central da CUT.



Safra de 2009/2010 precisa de R\$ 155 bilhões para financiar o custeio, afirma a CNA: exportações de grãos devem cair em decorrência da crise

Outubro de 2008

Pacote de Bush, com socorro também para quem não consegue pagar as hipotecas, é finalmente aprovado. Crise fica mais forte no Brasil: Bovespa desaba e dólar dispara e o BC começa a injetar dinheiro na economia. Bancos centrais dos EUA, da Europa e da Ásia cortam juros em conjunto.

“Lá, a crise é um *tsunami*. Aqui, se chegar, vai ser uma marolinha”

Luiz Inácio Lula da Silva

“O posicionamento de Henrique Meirelles [presidente do BC] é absolutamente realista, equilibrado e de alguém que entende que a crise é séria e naturalmente vai ter desdobramentos no Brasil”

Delcídio Amaral

Novembro e dezembro de 2008

Barack Obama vence as eleições presidenciais americanas. As perdas com a crise chegam a US\$ 5 trilhões, calcula o Fórum Econômico Mundial. Em dezembro, a produção industrial do Brasil cai 5,2%, pior resultado desde 1995. O BC diminui o compulsório dos bancos para injetar mais crédito na economia. Crescimento do PIB para 2009 começa a ser revisado.



“A classe política precisa assumir a dimensão da crise e mudar sua agenda”

Aloizio Mercadante

“O governo não pode deixar de lado a austeridade”

Marisa Serrano

Janeiro e fevereiro de 2009

Barack Obama assume a Presidência dos Estados Unidos em meio a uma das piores crises econômicas da história. Índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, cai a níveis de 1997 e há 5 milhões de americanos recebendo seguro-desemprego. No Brasil, ocorre onda de demissões e a economia sofre retração em todos os setores.

“Agora só o gasto público vai ativar a economia nacional”

Marcelo Crivella

“Desde a eclosão dessa crise financeira internacional (...) a primeira preocupação foi com os bancos e os banqueiros, e não com os trabalhadores”

Alvaro Dias



JORNAL DO SENADO

Jornal do Senado
Praça dos Três Poderes – Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar, 70165-920, Brasília (DF)
www.senado.gov.br/jornal - e-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3303-3137

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação
Social: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich
Diretora da Agência Senado: Valéria Ribeiro

Editor-chefe do Jornal do Senado: Flávio Faria
Editor do Encarte Especial: Valter Gonçalves Jr.
Edição: Eduardo Leão e Suely Bastos
Reportagem: Sylvio Guedes e Valter Gonçalves Jr.
Diagramação: Bruno Bazílio e Sérgio Luiz G. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho e Lindolfo do Amaral Almeida
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo,
Humberto Sousa Lima e Roberto Suguino
Arquivo Fotográfico: Ana Cláudia Volpe e Elida Costa
Este encarte teve a colaboração da Agência Senado